

BC é contra pagar dívida por meios convencionais

Consuelo Dieguez

BRASÍLIA — O Banco Central elaborou um relatório, que será apresentado ao comitê dos bancos credores na reunião do dia 25, em Washington, demonstrando a inviabilidade do Brasil pagar sua dívida externa pelos mecanismos convencionais, seja através do refinanciamento dos juros ou de entrada de dinheiro novo no país.

O relatório do Banco Central alerta os credores de que, ao contrário do que vem se pregando, o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento não é de liquidez, e muito menos um problema conjuntural, mas sim um problema estrutural, o que significa, de acordo com a avaliação do BC, que deve ser encontrada uma nova forma de se negociar a dívida. Esta nova estratégia passa pela troca de parte da dívida por bônus, que não devem ser, necessariamente, negociados com um deságio muito alto, como chegou a ser proposto pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, em seu desastrado encontro com o secretário do Tesouro americano, James Baker.

Um dos argumentos que consta do relatório do BC para demonstrar a inviabilidade das formas tradicionais de renegociação da dívida, é o caso da Argentina, que se submeteu ao programa do Fundo Monetário Internacional (FMI), "tem sido um devedor obediente" e, no entanto, terá que rediscutir novamente toda a sua dívida por

absoluta impossibilidade de cumprir as metas estabelecidas.

De acordo com as simulações feitas pelo Banco Central, que serão apresentadas aos credores, o refinanciamento da dívida pelos mecanismos convencionais, seis anos e prazo de pagamento de 20 anos, com uma taxa de juros de 7,5% ao ano, irá apenas adiar a moratória por mais seis anos.

A explicação do banco é de que, quando passar o período de carência, o Brasil novamente terá que recorrer à moratória porque não terá condições de fazer o pagamento de sua dívida nestas bases.

Um gráfico elaborado pela diretoria da área externa do BC faz uma simulação de um prazo de carência de seis anos para o Brasil voltar a pagar sua dívida na forma convencional. No sexto ano, quando se reiniciaria o grosso do pagamento com os credores, o gráfico dá um salto brusco, entrando em processo gradativo de queda nos anos seguintes, demonstrando que a tendência, pelos mecanismos tradicionais, é do pagamento ser mais alto no início, suavizando ao longo do período.

Neste mesmo gráfico, o BC faz uma simulação do pagamento da dívida através de bônus. Neste caso, a curva de pagamentos vai-se acentuando quanto mais se aproxima o final do pagamento da dívida, no caso 20 anos. Esta

prestação crescente seria acompanhada do crescimento econômico do país, o que viabilizaria o pagamento da dívida.

— Os credores têm que se conscientizar de que o diagnóstico de que a crise da dívida é uma crise de liquidez conjuntural, que foi a base das negociações feitas até agora, está absolutamente equivocado — comenta um funcionário do Banco Central que acompanha de perto a questão da dívida externa.

Esta avaliação equivocada fará com que, caso o Brasil concorde com uma negociação nos moldes convencionais, o problema da dívida seja simplesmente adiado por um determinado prazo. Ao final do período de carência, os mesmos problemas que o país está se defrontando neste momento se repetirão.

O Banco Central apresentará aos credores uma série de simulações sobre o comportamento da balança comercial, compra de petróleo, taxas de juros e outros condicionantes, para o pagamento da dívida nos próximos 20 anos. Com base nestas simulações será definida a capacidade de pagamento do país, nos próximos 20 anos. Caso os credores insistam em não aceitar os argumentos brasileiros sobre a sua disponibilidade de recursos, e exijam mais do que o país pode oferecer, estarão se arriscando a não receber seus créditos, pelo fato de estas exigências não serem factíveis, adverte o funcionário do BC.